Esplendor e miséria das Descobertas*

Splendor and Misery of the Discoveries

MARIA DE FÁTIMA MARINHO

Universidade do Porto – FLUP/CITCEM

fmarinho@letras.up.pt

Palavras-chave

Descobertas;
textos funda-
cionais; glória; ro-
mance histórico;
deconstrução;
derrocada; ironia.

Keywords

Discoveries;
foundational texts;
glory; historical
novel;
deconstruction;
collapse; irony.

O presente artigo tenta dar conta do modo como a literatura portuguesa (com incidência especial no romance) tratou os descobrimentos, desde a celebração heróica em textos que podemos considerar fundacionais, na esteira de Martin Puchner, *The Written World* (2017), e de que *Os Lusíadas* serão um exemplo privilegiado, até aos recentes romances, que lidam com a problemática histórica. As viagens de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral (1498 e 1500, respetivamente), cujos relatos nos chegam pela pena de quem nelas participou, deram azo a inúmeras obras, cujo teor se vai modificando de acordo com as modas literárias e os propósitos de quem escreve. Vozes dissonantes (como a do Velho do Restelo ou a de Gil Vicente, em *Auto da Índia*) são, à época, esporádicas. O século XIX glorifica a atuação portuguesa e só, raramente, critica um ou outro aspeto, embora já haja opiniões dissonantes em relação ao rei Sebastião, símbolo da derrocada lusa. Será, porém, nos finais do século XX que as leituras se tornam mais epistemologicamente acutilantes e que surgem vozes como a de Lobo Antunes em *As Naus*.

This paper attempts to explain how Portuguese literature (with special focus on the novel) has approached discoveries: from the heroic celebration in old texts considered foundational by Martin Puchner in *The Written World* (2017) – of which *Os Lusíadas* are a privileged example – until recent novels that deal with historical issues. The voyages of Vasco da Gama and Pedro Álvares Cabral (1498 and 1500, respectively), whose reports reach us by the pen of those who participated in them, gave rise to numerous works, the content of which is modified according to the literary fashions and the purposes of those who write. Dissonant voices (like the one of the *Velho do Restelo* or Gil Vicente's, in *Auto of Índia*) are, at the time, quite rare. The 19th century glorifies Portuguese performance and only rarely criticizes one or another aspect, although there are already dissonant opinions about King Sebastian, symbol of the Portuguese collapse. It will be, however, in the late 20th century that readings become more epistemologically staggering and that voices like that of Lobo Antunes emerge in *As Naus*.

* O título deste artigo é uma paráfrase do título do conhecido romance de Honoré de Balzac, *Splendeurs et Misères des Courtisanes* (publicado em volume, em 1869).

Completam-se, em 2019, quinhentos anos do início da viagem de circum-navegação levada a cabo por Fernão de Magalhães e concluída por Juan Sebastián Elcano, depois da morte do primeiro num ilhéu das Filipinas. Em 1519, passavam 21 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia e 19 anos do descobrimento do Brasil. O ciclo iniciado no fim do século XV estava no auge e Portugal começava a construir os seus fundamentos como nação gloriosa. A identidade portuguesa já se vinha delineando desde os primórdios da nacionalidade com as vitórias de D. Afonso Henriques e a afirmação do seu destino predestinado e abençoado por Deus. A lenda do milagre de Ourique, repetida acriticamente, até Alexandre Herculano, em meados do século XIX, a ter posto em causa, é a prova incontestável da ideia vincada e repetida incondicionalmente pelos cronistas, que veem neste episódio uma prova irrefutável das virtudes lusitanas (que começam a ser construídas com a atuação de Viriato em luta contra os romanos, luta nem sempre fidedignamente relatada), que se vão adensando e desenvolvendo até à saga marítima, que, definitivamente, as consagra como superiores às de todas as outras nações, conhecidas e/ou desconhecidas.

De acordo com a doutrina de Martin Puchner, no seu recente ensaio *The Written World – The Power of Stories to Shape People, History and Civilization* (2017), é difícil imaginar um mundo sem literatura, porque esta sempre moldou a vida dos homens, influenciando o seu modo de encarar e determinar religiões e crenças. O autor chega mesmo a defender que, sem a escrita, todas as religiões teriam desaparecido e apresenta um elenco de textos que apelida, de fundacionais, textos que atingem tal poder e significado que se tornam imprescindíveis para determinadas culturas, ensinando aos povos de onde vieram e como devem atuar nos diferentes momentos da vida (Puchner, 2017: 6-8). Os textos escolhidos por Puchner, na sua disparidade exemplar, demonstram cabalmente o que o autor entende como textos fundacionais, criadores de um cânone condicionador da ideia de pertença a um grupo. Os textos escolhidos vão desde a *Ilíada*, *Gilgamesh* ou a *Bíblia* ao *Romance de Genji* (escrito no século XI, no Japão) às *Mil e Uma Noites*, ao *Manifesto Comunista* e ao *D. Quixote*.

A diversidade das obras citadas leva-nos a equacionar a importância da escrita e o seu papel na conservação do passado ou, melhor ainda, de um passado que, longe de ser rigoroso, se adapta na perfeição ao momento presente, aos seus interesses, medos e desejos. Um oblíquo paradoxo se instala e torna o texto literário duplamente significativo e, por que não, fundacional. Se, por um lado, o passado se atualiza através da ficção e se confunde com ela, por outro, sabemos que do passado só conhecemos o que sobre ele foi escrito (Hutcheon, 1988; Marinho, 1999). Esta aparente ambivalência instaura um universo dubitativo, gerador de sentimentos diferentes, consoante o grau de complexidade da leitura e da sua interpretação. Os textos fundacionais falam do passado, mas este não é necessariamente objetivo ou factual, ele apresenta-se frequentemente como um passado subjetivo, atualizado de múltiplas formas, que vão desde uma visão condicionada pelo presente da escrita a uma visão mítica. A dupla característica dos diferentes textos complementa-se e eles serão difíceis de distinguir, embora, facilmente, possamos avaliar a funcionalidade de cada um. Sabemos que os romances históricos românticos tentam reconstituir o passado, legitimando o presente através de acontecimentos mais ou menos idealizados que são narrados como pertencentes a épocas pretéritas. Alexandre Herculano, para darmos apenas um exemplo, em *O Monge de Cister*, aproveita factos históricos do reinado de D. João I, para justificar opções políticas do liberalismo oitocentista e criar, assim, uma ideia de nação que idealiza o passado, a fim de poder tirar proveito para opções políticas que lhe são caras, como afirma Andrew Escobedo (Escobedo, 2010: 208).

Há, no entanto, outros textos e que, na realidade, são os que agora nos interessam, que alimentam a conceção de que as nações são únicas, portadoras de características próprias, que as distinguem positivamente. É a tese defendida por Sarah M. Corse (Corse, 2010: 211-219), num interessante artigo intitulado “Nationalism and Canon Formation”, onde diretamente se refere a natureza construída das nações (“constructed nature of nations”, Corse, 2010: 213). É fácil imaginar um país que não existe, idealizado, onde o exilado, como diz Ali Benmakhlouf (2011: 146), constrói o imaginário de um lugar inexistente, mas que serviria de ponto de apoio à sua sensação de “déplacement, l’«out of place»”.

Esta criação de textos a que poderíamos chamar fundacionais, na esteira de Martin Puchner, na obra referida, são normalmente textos que exaltam as glórias de um povo ou que traçam o caminho a seguir, insinuando tácita ou claramente coordenadas que acabam por vir a ser consideradas fundamentais, para a elaboração de legitimações identitárias importantes na construção de um imaginário coletivo.

Em Portugal, a época da expansão marítima, que se inicia no século XV e termina só no XVII, com a perda da independência nos finais de quinhentos (1580) e a consequente alteração no domínio do comércio ultramarino, revela-se um período de particular interesse para a criação de textos, que poderemos considerar como criadores de uma ideia de nação que já se começara a delinear nos primórdios da nacionalidade, se consolidara com Aljubarrota e tem o seu auge com as descobertas. Curiosamente, encontramos, já na altura, e falamos dos séculos XVI, XVII, algum espírito crítico e vozes dissonantes no meio de textos realmente fundacionais e que parecem já antecipar o que, nos alvares do século XXI, se designará como os anti-heróis perdedores ou o perdedor ético (Amar Sánchez, 2010: 2534).

Estes perdedores, que textos como *Auto da Índia* (1509) de Gil Vicente ou *Peregrinação* (1614) de Fernão Mendes Pinto, de certa forma, atualizam, serão aproveitados em várias obras contemporâneas, que oportunamente analisaremos.

Regressemos, porém, às obras que ajudam a criar a noção de grandeza e instauram um clima propício ao aparecimento de concepções gloriosas de nação.

De um ponto de vista estritamente cronológico, podemos considerar como importantes o *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia*, atribuído a Álvaro Velho e, supostamente, escrito durante a viagem e *A Carta do Achamento do Brasil*, endereçada por Pêro Vaz de Caminha ao rei D. Manuel I, a dar conta da chegada da armada de Pedro Álvares Cabral àquela região (1500). Estes dois relatos, na sua aparente objetividade e factualidade, funcionam já como textos fundacionais da glorificação da nação.

No entanto, a obra-prima e de referência será, sem dúvida, *Os Lusíadas* (1572), obra que consagra a viagem de descoberta do caminho marítimo para a Índia e enaltece a história de Portugal, gloriosa e abençoada por Deus. Na epopeia quinhentista, estão presentes todos os ingredientes e a história portuguesa é relatada através da voz de Vasco da Gama, que se limita a enumerar os feitos gloriosos dos reis (frequentemente belicosos). Penso que esta obra poderá ser considerada a obra fundacional, por excelência, o lugar de autêntica mitificação da atuação dos portugueses e que nada tem a ver com a leitura feita por modernos historiadores, leitura que poderá estar condensada num breve ensaio de Roy Moxham (2016), intitulado *The Theft of India*, que dedica três capítulos à presença portuguesa e cujos títulos nos dão a noção da interpretação que dela é feita: “The Portuguese – Spices, Christianity and Extreme Violence”; “The Portuguese – Conquest, Horticulture, the Church and the Inquisition”; “The Portuguese – Terror, Luxury and Decay” (Moxham, 2016: 1-21; 22-43; 121-138, respetivamente).

É na mesma linha que, ainda em 1928, o modernista brasileiro Oswald de Andrade, no *Manifesto Antropófago*, mesmo se, em modo irónico e em tom confessadamente irreverente (próprio do espírito das vanguardas), escreve: “Contra o Padre Vieira. Autor do nosso primeiro empréstimo, para ganhar comissão. O rei analfabeto dissera-lhe: ponha isso no papel, mas sem muita lábia. Fez-se o empréstimo. Gravou-se o açúcar brasileiro. Vieira deixou o dinheiro em Portugal e nos trouxe a lábia” (Teles, 2012: 499); “Antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil tinha descoberto a felicidade” (Teles, 2012: 504).

Se fizermos um estudo mais completo, perceberemos que, já em *Os Lusíadas*, há um episódio, que prevê alguns prejuízos provocados pela empresa gloriosa. Esse episódio situa-se nas últimas estâncias do Canto IV (94-104), onde se põe em causa a necessidade da epopeia marítima e se apontam problemas que daí advirão. Pela voz do Velho do Restelo, “um velho, de aspeito venerando” (IV, 94), se enumeram os malefícios desta aventura. Começando por apelidá-la de “ó glória de mandar, ó vã cobiça” (IV, 95), o Velho afirma que a longa viagem será “Fonte de *desemparos* e adultérios / Sagaz consumidora conhecida / De fazendas, de reinos e de impérios” (IV, 96).

Esta afirmação parece ecoar o que Gil Vicente já ironizara na farsa *Auto da Índia* (1509), onde a mulher, feliz pela partida do marido, se delicia na companhia de amantes e deseja ardentemente que aquele não regresse, o que, na verdade, não acontece; quando ele volta, ela finge alegria e diz que só rezou e chorou na sua ausência.

De certa forma, Fernão Mendes Pinto, marinheiro sem grande glória institucional, narra uma espécie de anti epopeia em *Peregrinação* (publicado em 1614, 31 anos após a sua morte), o que não deixa também de constituir uma outra espécie de texto fundacional, que não podemos deixar de ter em conta, porque ele também faz parte do inconsciente português. É o mundo diferente que se desdobra perante os nossos olhos (tal como acontecera com as viagens de Marco Polo) e foi esse o mundo que os portugueses desbravaram e que, indubitavelmente, passou a fazer parte do seu imaginário.

Estas viagens abrem o caminho para a viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães e Sebastián Elcano, cujos 500 anos se comemoram este ano, e que resultou das várias experiências levadas a cabo pelas navegações que a antecederam e que efetuaram tentativas de diferentes caminhos e rumos.

Até ao século XIX, a herança legada por estas obras mantém-se inalterada, embora as vicissitudes políticas nem sempre tenham sido as mais favoráveis, desde a anexação espanhola, durante 60 anos (até 1640), até às invasões napoleónicas no início de oitocentos e correspondente fuga para o Brasil (que tinha sido o lugar edénico do ouro e das pedrarias durante o reinado de D. João V) da rainha louca, D. Maria I, e do príncipe regente, o futuro D. João VI. São exatamente as invasões napoleónicas e a mudança socioeconómica e política sentida em França, no fim de setecentos, que vão legitimar a voga do romance histórico e que permitem a revalorização dos textos fundacionais de que falámos.

A título de exemplo, destacamos obras de Campos Júnior (*Guerreiro e Monge, Estrela de Nagasáqui*), Artur Lobo d'Ávila (*O Reinado Venturoso, A Descoberta e Conquista da Índia pelos Portugueses, Os Caramurís*), Pinheiro Chagas (*A Descoberta da Índia contada por um Marinheiro, A Marquesa das Índias, A Jóia do Vice-Rei*) ou Henrique Lopes de Mendonça (*Os Órfãos de Calecut*) que, curiosamente, se situam todas nos finais do século XIX, início do XX.

É interessante verificar que o romance histórico de Alexandre Herculano e de seus seguidores situa a ação prioritariamente na Idade Média e que as descobertas são apenas utilizadas como tema, já perto do fim de século XIX. A explicação não parece complicada:

depois das invasões francesas, consequência da política hegemónica de Napoleão, era necessário intensificar a ideia de nação, inculcar no povo, que, subitamente, vira alterarem-se coordenadas e hábitos há muito estabelecidos, a noção de que havia séculos de história legitimadores de nações independentes com crenças, culturas e valores muito próprios. Por esta razão, os romances de Alexandre Herculano se situam em momentos-chave, como a invasão dos árabes (*Eurico o Presbítero*), a independência em relação ao reino de Castela (*O Bobo*) ou a consolidação do poder político, depois de uma crise dinástica nos finais de trezentos (*O Monge de Cister*).

Também não é difícil explicar que o tema das descobertas tenha surgido na última década de oitocentos, momento politicamente difícil, assinalado pelo *Ultimatum* Inglês (1890) e pela crise socioeconómica, provocada pelas forças anarquistas e republicanas. É a altura ideal para reaproveitar os textos fundacionais (sobretudo *Os Lusíadas*) e criar a ideia de um país de passado glorioso, que se levantará dos escombros e voltará a ser a referência europeia que fora em tempos. As obras atrás referidas são exemplares para a consecução deste objetivo. Aliás, Henrique Lopes de Mendonça, autor do romance citado e de uma série de oito pequenos volumes, que levam o título genérico de *Cenas da Vida Heroica*, é também o autor da letra do Hino Nacional republicano, que configura a mesma ideia de passado glorioso e de atitude saudosista perante um presente humilhado, controverso e sem perspectivas.

A saga heroica das descobertas tem uma espécie de anti-herói, que, de certa forma, simboliza a sua derrocada: D. Sebastião, o rei desaparecido, morto em 1578, na batalha de Alcácer-Quibir, o que acelerou a perda da independência em 1580. No período romântico, há algumas versões favoráveis ao jovem rei (Marinho, 2005: 405-429), mas já se começa a delinear algum espírito crítico, bem visível no romance de Camilo Castelo Branco, *O Senhor do Paço de Ninães*: “D. Sebastião, o doido providencial, pagou por si, por D. João III, por D. Manuel, por D. João II, pelo conquistador de Tânger, pelo conquistador de Ceuta” (Castelo Branco, 1966: 129). Na década de 70 de oitocentos, Pereira Lobato é também uma voz crítica, na tetralogia que publica entre 1872 e 1876 (*Os Fidalgos do Coração de Ouro*, *A Queda de um Gigante*, *Baronesa de la Puebla* e *Estandarte Real*). Expressões como “criança insensata” (Lobato, 1875: 28) demonstram inequivocamente a focalização crítica em relação ao monarca. Outros autores da mesma época têm opiniões semelhantes e Marcelino Mesquita, em *Os Quatro Reis Impostores* (1908), consegue ser de uma enorme virulência e agressividade: “Combinando estas misteriosas divagações nocturnas com a repugnância que lhe inspiravam as mulheres, o leitor compreende que o alucinado se desdobra em pederasta” (Mesquita, 1908: 13).

O caso de Aquilino Ribeiro, porém, é, sem dúvida, o mais interessante. Em *Aventura Maravilhosa* (1936), parte-se do princípio de que o rei não morreu e exploram-se os malefícios que a sua volta traria para o reino. A tácita ordem de execução proferida por Filipe II repõe o discurso oficial da História:

O malfadado príncipe levou a flor dos portugueses ao cutelo e no fundo ninguém lhe perdoa. Se mais o não execram, é apenas porque está morto. De contrário, levantar-se-iam contra ele as pedras das calçadas. (Ribeiro, 1985: 28);

Cristóvão de Moura estava à sua beira, imóvel e atento como rei de armas.

– Sua Majestade é meu hóspede – disse Filipe. – Não tem que dar mais um passo fora do Escorial...

E fitou o valido de olhos nos olhos, como só muito de raro em raro fazia, com fixidez tão imperativa que, acima da sua humanidade, se sentia erguer uma razão mais alta [...] Recebeu Cristóvão de Moura, sem pestanejar, o mandato sinistro, limitando-se a responder:
– Serão executadas as ordens de Vossa Majestade. (Ribeiro, 1985: 225)

Este anti-herói será ainda protagonista de muitos romances nas últimas décadas de novecentos. Escolheremos apenas *As Naus*, que nos parecem um caso paradigmático de tratamento do fenómeno das descobertas.

Na verdade, os anos oitenta e noventa do século XX vêm chamar a atenção para a epopeia quinhentista, mas a visão é frequentemente desenganada e crítica. São várias as obras que abordam o tema, sobretudo no que à presença em África diz respeito, mas a viagem à Índia também é desconstruída.

Começando pela descoberta do caminho marítimo para a Índia, salientamos três obras: dois romances e uma paráfrase da epopeia camonianiana.

O primeiro romance, de 1994, intitula-se *Além do Maar* e é da autoria de Miguel Medina. Nele se recria a viagem de Vasco da Gama e os capítulos iniciam-se com uma epígrafe do poema de Camões (Marinho, 1999: 238-243). A obra é constituída como uma partitura, com Abertura, Três Andamentos, intercalados por Intermezzos, Final e Posfácio (que reúne notas dispersas). Esta divisão do romance favorece a leitura distanciada, uma vez que tais designações, ao causar estranheza, obrigam o leitor a assumir uma atitude mais crítica do que se a divisão fosse a tradicional, em capítulos, com ou sem título.

No início do livro, deparamos com duas epígrafes (uma do *Roteiro do Descobrimento da Índia por Vasco da Gama*, século XV, e outra de Kuth Ad-Din An-Nahravali, *História da Conquista do Yémen pelos Otomanos*, século XVI) que, por opostas, dão a medida exata da relatividade da focalização histórica oficial. A transcrição de ambas parece-nos digna de interesse, até porque elas condicionam o tom de todo o romance:

Na era de 1497 mandou el-Rei dom Manuel, o primeiro deste nome em Portugal, quatro navios, os quais iam em busca da especiaria. Partimos do Restelo um sábado, que eram oito dias do mês de Julho. Que deus nosso Senhor deixe acabar o nosso caminho em seu serviço. Amen.

Foi nos primeiros anos do décimo século que teve lugar entre os acontecimentos desventurosos dignos de menção [sic] a vinda dos malditos portugueses, nação dos franges, amaldiçoados sejam eles, às terras da índia. (Medina, 1994: 11)

Neste livro, a focalização nunca é a de Vasco da Gama ou de seu irmão, mas a dos marinheiros, dos degredados e até dos nativos. Esta inflexão na focalização determina o modo como os mesmos eventos são narrados e modifica o grau de heroicidade dos feitos históricos na esteira do que defende Amar Sánchez, na obra citada: “[...] el triunfo siempre es sospechoso, sólo es possible quando se há pactado y se han aceptado connivencias con el poder” (Amar Sánchez, 2010: 25).

Em 1998, Mário Cláudio publica *Peregrinação de Barnabé das Índias*, onde, mais uma vez, se fala da viagem de Vasco da Gama, que, aqui, assume um carácter iniciático, que até então lhe era desconhecido. Não há propriamente a reconstituição de uma época histórica ou a proposta de uma sequência alternativa à habitual. Há sim uma espécie de reflexão sobre verdades intemporais, incluindo a passagem inexorável do tempo e o seu último significado.

A viagem do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, visionada por Barnabé, um marinheiro judeu, falsamente convertido, e por Vasco da Gama, com o qual possui vários traços identificativos, assume-se como um percurso conducente à sabedoria absoluta.

Diferente é a anti epopeia de Gonçalo M. Tavares, *Uma Viagem à Índia* (2010). Nesta obra, composta por dez cantos, deparamos com um discurso irónico, paródico, que recria os conhecidos episódios, imprimindo-lhes características diferentes e “atualizadas”: a costa de África e Melinde são substituídas por Londres e Paris, em que Londres é um lugar de traição e corrupção, e Paris, um local de descanso e recompensa, à semelhança da Ilha dos Amores camonianiana. A viagem à Índia funciona como uma espécie de utopia inalcançável e a Índia como lugar de sabedoria e de desenganos, mas também lugar inútil, porque só a inutilidade é importante e produtiva. Em *Uma Viagem à Índia*, a ideia de Nação é desestabilizadora e desconfortável, o cânone parece estar em perigo e o texto fundacional (*Os Lusíadas*) é parodiado, sobressaindo a caricatura, que desestrutura o cânone e o imaginário coletivo.

O mesmo se passa em relação à presença em África e à história de Portugal que, definitivamente, não é “a história que se conta na instrução primária e se deixa nas crónicas assinaladas por feitos de guerras e conquistas” (Ruben A., 1966: 138), como escreve Ruben A. em *A Torre da Barbela*, publicado em 1964, quando a guerra de independência das colónias já tinha começado.

São variadíssimos os romances que poderíamos citar, desde *Os Cus de Judas* (1979), *Fado Alexandrino* (1983), *As Naus* (1988) ou *O Esplendor de Portugal* (1997), de Lobo Antunes, *A Costa dos Murmúrios* (1988), de Lídia Jorge ou *Jornada de África* (1989), de Manuel Alegre, este último parafraseando a obra de Jerónimo de Mendonça, *Jornada de África* (1607), cujo autor foi companheiro do rei Sebastião, em Alcácer-Quibir.

Na impossibilidade de analisar cada um deles, vamos centrar-nos em *As Naus*, em cuja narrativa se ilustra magistralmente a tese que queremos defender: a dignidade possível na derrota, mesmo se caricaturada ou, até, ridicularizada (Amar Sánchez, 2110: 26-28). São as “ruínas do cataclismo” (Antunes, 1988: 135). Os heróis conhecidos da História de Portugal contracenam, atuam num palco que não é o seu, isto é, não é o cenário que os consagrou, é um cenário contrafactual, num tempo e lugar anacrónicos, labirínticos e desconcertantes. E neste ambiente de personagens gloriosas/derrotadas, não falta Fernão de Magalhães, “esse chato” (Antunes, 1988: 151), “apagado de febres no seu camarote de madeiras raras deixando em testamento aos marinheiros um óleo de Vieira da Silva e as obras completas de Pierre Loti” (Antunes, 1988: 177). Não vale a pena comentar o tom, a linguagem, a anacronia, a estranheza.

O romance estrutura-se num discurso oscilante entre uma terceira pessoa narrativa e primeiras pessoas dispersas por variadas personagens. Exemplos como a seguir citado podem ser encontrados do início ao fim do romance: “enxotaram-me para um miserável edifício de cimento [...]”. E lembrou-se dos entardeceres espavoridos dos últimos tempos de Angola” (Antunes, 1988: 13).

Em todo o livro, há a sensação de que “o espelho do vestíbulo comprado na feira de Almeirim [...] deformava os rostos e torcia os gestos em ondulações embaciadas, devolvendo a cada um a sua face secreta e genuína, aquela que apenas a solidão do sono ou o abandono do amor finalmente revelam.” (Antunes, 1988: 14). Os rostos deformados, a caricatura daqueles de quem apenas conhecemos a faceta pública, gloriosa e censurada, serão as personagens do romance, com nomes de heróis, mas com existência de pedintes loucos e desajustados. Recordações várias entrelaçam-se ao longo do romance, sempre eivadas de ironia, atualizadas num “calendário parado

em Julho de mil novecentos e trinta e cinco” (Antunes, 1988: 70) e com o “desejo de inventar para si mesmo o passado que perdera” (Antunes, 1988: 126).

Esta “raça de heróis e marinheiros [...] que definha” (Antunes, 1988: 189), que se compraz em necessidades básicas como urinar” (Antunes, 1988: 24), símbolo de uma inferioridade muito próxima da caricatura, mas que mira “a eternidade na expressão de estupidez visionária dos heróis” (Antunes, 1988: 29), “como se as caravelas atravessassem as avenidas” (Antunes, 1988: 17), define o universo de *As Naus* (cujo título previsto era *O Regresso das Caravelas* e que só uma razão completamente extrínseca à obra, a existência prévia de um romance já registado, impediu esta designação que, aliás, se mantém no título da tradução em francês e em inglês).

Numa confusão de tempos e lugares, a que já aludimos, e que se verifica ao longo de todo o texto, constantemente oscilando entre o presente da narração e a época das descobertas, encontramos palavras cuja grafia é explicitamente antiga, simbolizando a falência das balizas temporais: reyno, Manoel, Loanda, Lixboa.

Neste ambiente tresloucado, encontramos “um homem de nome Luís”, perífrase evidente de Luís de Camões e as Tágides, Vasco da Gama, Francisco Xavier, Pedro Álvares Cabral, Diogo Cão, Cervantes, Garcia de Orta, Manual de Sousa Sepúlveda, Gil Vicente, Fernão Mendes Pinto, Pe. António Vieira, Rodrigues Lobo, Fernão de Magalhães, rei mago transviado, D. Manuel, D. Sebastião, Afonso de Albuquerque, D. Francisco de Almeida, Nuno Álvares Pereira, Infante D. Henrique, Pero Vaz de Caminha, Lorca, Buñuel, António José da Silva e um casal anónimo de retornados. Entre outros espaços, estas personagens movimentam-se na Residencial Apóstolo das Índias, bordel gerido pelo Senhor Francisco Xavier e a *boite* Aljubarrota. A confusão é evidente, a convivência difícil.

Desta variada panóplia, destacaremos “o homem de nome Luís”, Vasco da Gama, Francisco Xavier e D. Sebastião, dada a inegável importância que estas figuras assumem no romance.

Luís de Camões, sempre designado por uma perífrase que lhe retira a inegável glória e supremacia imediatamente aliadas ao nome, não deixa de ser facilmente reconhecido, o que duplamente aumenta a caricatura irónica que dele é feita. Carregando uma urna com o cadáver do Pai, esta personagem é apresentada sem qualquer heroicidade e, até, de certa forma, como um anti-herói risível:

Era uma vez um homem de nome Luís a quem faltava a vista esquerda, que permaneceu no cais de Alcântara três ou quatro semanas pelo menos, sentado em cima do caixão do pai, à espera que o resto da bagagem aportasse no navio seguinte. (Antunes, 1988: 19)

É num café, sem honra ou glória, que “o homem de nome Luís”, falando desta vez em primeira pessoa, exclama: “comecei a primeira oitava heroica do poema” (Antunes, 1988: 97). A dificuldade em se desembaraçar do caixão com os restos mortais do pai, que poderá significar a impossibilidade de se libertar do passado, do imaginário, que persegue o povo português, a miséria de vida que leva e o desencanto total, favorecem o discurso caótico, grotesco, de que a transcrição seguinte é um exemplo, entre muitos que poderiam ser citados:

O homem de nome Luís emendava, na toalha de oleado do almoço, amores desastrosos de aias e de reis, e Garcia de Orta comunicava, a afinar botões, com um chefe religioso persa convertido às ondas hertzianas pela sua décima quinta concubina, afilhada do cônsul mexicano com quem trocava conversas de bordel e vagas noções científicas de manual de liceu. (Antunes, 1988: 163)

A ausência de dignidade também se presentifica no facto de Francisco Xavier ser o dono da Residencial Apóstolo das Índias, espécie de bordel (“uma casa arruinada no meio de casas arruinadas”, Antunes, 1988: 31) e de Vasco da Gama se dedicar às tarefas menos nobres, contracenando com um D. Manuel de caricatura, imersos num ambiente desconcertante:

Aos domingos de manhã, se havia sol, o rei D. Manoel buzina da rua, do interior de um Ford antiquíssimo, ferrugento e descapotável, e as vizinhas, estremunhadas, espiavam em camisa o monarca de coroa de folha na cabeça e blusão de manga arregaçada, que acenava a Vasco da Gama com o ceptro ordenando-lhe que descesse para seguirem, Marginal fora, a discutir o Oriente num rebolar coxo de bielas, envoltos em rolos de fumo escuro do motor. (Antunes, 1988: 183)

É neste cenário de farsa que encontramos as personagens que o nosso imaginário aprendeu a venerar e onde qualquer pequeno índice de grandeza é imediatamente esmagado pelo peso do ridículo de que D. Sebastião será o máximo expoente. Este rei, vencido em Alcácer-Quibir, marca, como disse atrás, a derrocada do esplendor das descobertas, o fim de um sonho de glória. Algumas passagens referentes ao jovem rei transformam-no num fantoche, que aciona o efeito de distanciamento, necessário para a leitura crítica do romance e da História:

[...] o rei D. Sebastião surgiu a cavalo rodeado de validos, arcebispos e privados, vestido de uma armadura de bronze e de um elmo de plumas, e desapareceu para as bandas do pelourinho da Câmara, seguido pelo espanto dos polícias e dos guarda-nocturnos, a caminho de Alcácer-Quibir (Antunes, 1988: 166);

[...] uma sentinela nos informou que o rei Filipe se reunira com os seus marechais na rulote do Estado-Maior a combinar a invasão de Portugal, porque D. Sebastião, aquele pateta inútil de sandálias e brinco na orelha, sempre a lambar uma mortalha de haxixe, tinha sido esfaqueado num bairro de droga de Marrocos por roubar a um maricas inglês, chamado Oscar Wilde, um saquinho de liamba (Antunes, 1988: 179).

Estas citações dispensam qualquer comentário e legitimam a inclusão destas personagens num asilo de alienados, esperando “um adolescente loiro, de coroa na cabeça e beiços amuados, vindo de Alcácer-Quibir” (Antunes, 1988: 247).

A perda do Império deixou as suas marcas. À descolonização sucedeu um desengano e os heróis celebrados durante séculos, subitamente, perderam a aura absoluta para se relativizarem como humanos, frequentemente ridículos e despidos de contenção crítica. Só lhes resta olharem “o oceano vazio até à linha do horizonte” (Antunes, 1988: 247), sem caravelas e sem heróis.

BIBLIOGRAFIA:

- A., Ruben (1966). *A Torre da Barbela*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira [1964].
- ALEGRE, Manuel (1989). *Jornada de África. Romance de Amor e Morte do Alferes Sebastião*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- AMAR SÁNCHEZ, Ana María (2010). *Instrucciones para la Derrota – Narrativas éticas y políticas de perdedores*. Barcelona: Anthropos Editorial.
- ANTUNES, António Lobo (1979). *Os Cus de Judas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- ANTUNES, António Lobo (1983). *Fado Alexandrino*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- ANTUNES, António Lobo (1988). *As Naus*. Lisboa: Publicações Dom Quixote & Círculo de Leitores.
- ANTUNES, António Lobo (1997). *O Esplendor de Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- ÁVILA, Artur Lobo d' (1898). *Descoberta e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Lisboa: João Romano Torres – Editor.
- ÁVILA, Artur Lobo d' (1900). *Os Caramurís*. Lisboa: João Romano Torres – Editor.
- ÁVILA, Artur Lobo d' (s. a.). *O Reinado Venturoso*. Lisboa: Empreza Litteraria Fluminense.
- BENMAKHOUL, Ali (2011). *L'Identité une fable Philosophique*. Paris: Presses Universitaires de France, Philosophie.
- CAMINHA, Pedro Vaz de (2003). *Carta do Achamento do Brasil*. In Maria Aparecida RIBEIRO, *A Carta de Caminha e Seus Ecos: Estudo e Antologia* (pp. 211-233). Coimbra: Angelus Novus [1500].
- CAMÕES, Luís de (s. a.). *Os Lusíadas* (edição organizada por Emanuel Paulo Ramos). Porto: Porto Editora [1572].
- CAMPOS JÚNIOR, António de (1899). *Guerreiro e Monge*. Lisboa: Empreza do Jornal “O Século” [1898].
- CAMPOS JÚNIOR, António de (s. a.). *A Estrela de Nagasaqui*. Lisboa: João Romano Torres & Cia Editores [1907].
- CASTELO BRANCO, Camilo (1966). *O Senhor do Paço de Ninães*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira [1867].
- CHAGAS, Manuel Pinheiro (1890). *A Marquesa das Índias*. Lisboa: Editor-Proprietário José Augusto Gaspar de Lemos.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro (1891). *A Descoberta da Índia Contada por um Marinheiro*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira [1891].
- CHAGAS, Manuel Pinheiro (s. a.). *A Jóia do Vice-Rei*. Lisboa: Livr. de António Maria Pereira [1890].
- CLÁUDIO, Mário (1998). *Peregrinação de Barnabé das Índias*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- CORSE, Sarah M. (2010). Nationalism and Canon Formation. In Elizabeth SAUER & Julia M. WRIGHT (eds.), *Reading the Nation in English Literature* (pp. 211-219). London and New York: Routledge.
- ESCOBEDO, Andrew (2010). No Early Modern-Nations?. In Elizabeth SAUER & Julia M. WRIGHT (eds.), *Reading the Nation in English Literature* (pp. 203-210). London and New York: Routledge.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia & FARDILHA, Luís (Intr. e Org.) (2016). *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia (1497-1499)*. Porto: UPORTO Edições.
- HERCULANO, Alexandre (s. a.). *Eurico o Presbytero*. Lisboa: Bertrand e Rio de Janeiro, S. Paulo, Belo Horizonte, Livr. Francisco Alves [1844].
- HERCULANO, Alexandre (s. a.). *O Bobo*. Lisboa: Livr. Bertrand [na revista *Panorama*. 1843].
- HERCULANO, Alexandre (s. a.). *O Monge de Cister*. Lisboa: Livr. Bertrand [1848].
- HUTCHEON, Linda (1988). *A Poetics of Postmodernism – History, Theory, Fiction*. New York/London: Routledge.
- JORGE, Lúcia (1988). *A Costa dos Murmúrios*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- LOBATO, Manuel Pereira (1875). *A Queda d'um Gigante*. Lisboa: Lucas & Filhos Editores.
- LOBATO, Manuel Pereira (1876). *Estandarte Real*. Lisboa: Lucas & Filho Editores.
- LOBATO, Manuel Pereira (1901). *Os Fidalgos do Coração de Ouro*. Lisboa: Empresa da História de Portugal [1872].
- LOBATO, Manuel Pereira (1902). *A Baroneza de la Puebla*. Lisboa: Empresa da História de Portugal [1875].
- MARINHO, Maria de Fátima (1999). *O Romance Histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras.
- MARINHO, Maria de Fátima (2005). *Um Poço sem Fundo – Novas Reflexões sobre Literatura e História*. Porto: Campo das Letras.
- MEDINA, Miguel (1994). *Além do Maar*. Venda Nova: Bertrand.
- MENDONÇA, Henrique Lopes de (1894). *Os Órfãos de Calecut*. Lisboa: Empresa Editora Mello de Azevedo & Cia.
- MENDONÇA, Jeronymo de (1904). *Jornada de África*. Lisboa: Bibliotheca de Classicos Portuguezes [1607].
- MESQUITA, Marcelino (1908). *Os Quatro Reis Impostores*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand.
- MOXHAM, Roy (2016). *The Theft of India – The European Conquests of India (1498-1765)*. Noida, Uttar Pradesh: Harper Collins Publishers India.
- PINTO, Fernão Mendes (1983). *Peregrinação*. Transcrição de Adolfo Casais Monteiro. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda [1614].
- PUCHNER, Martin (2017). *The Written World – The Power of Stories to Shape People, History, and Civilization*. New York: Random House.
- RIBEIRO, Aquilino (1985). *Aventura Maravilhosa*. Lisboa: Bertrand [1936].
- SAUER, Elizabeth & WRIGHT, Julia M. (Eds.). *Reading the Nation in English Literature*. London and New York: Routledge.
- TAVARES, Gonçalo M. (2011). *Um Viagem à Índia – Melancolia Contemporânea (um itinerário)*. Lisboa: Caminho [2010].
- TELES, Gilberto Mendonça (2012). *Vanguarda Europeia & Modernismo Brasileiro – Apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas* [497-506]. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora.
- VICENTE, Gil (2002). *Auto da Índia. Obras de Gil Vicente*. Vol. II [171-186]. Lisboa: Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa & Imprensa Nacional-Casa da Moeda [1509].